

@verdade

RECICLE A INFORMAÇÃO:
PASSE ESTE JORNAL A OUTRO LEITOR



Jornal Gratuito

www.verdade.co.mz

Sexta-Feira 09 de Agosto de 2019 • Venda Proibida • Edição N° 558 • Ano 11 • Fundador: Erik Charas

Bancos comerciais não reflectem nas suas margens de lucro “esperança e horizonte promissor” de Nyusi



O Estado da Nação continua a não inspirar “esperança” aos bancos comerciais que durante a crise moçambicana facturaram biliões graças as elevadas taxa de juro. Na quarta-feira (31) a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) manteve inalterado o Prémio de Custo dos seus associados, que é 5,20 por cento desde 2017, e também não mexeu nas suas margens de lucro que são as mesmas desde 2018. A Prime Rate baixou, pelo 2º mês consecutivo, porém apenas reflectindo a descida da Taxa MIMO feita pelo Banco de Moçambique (BM) em meados de Julho.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo [continua Pag. 02 →](#)

“Mambas” ganham Madagáscar mas perdem (novamente) eliminatória para o CHAN

Madagáscar voltou a vulgarizar Moçambique em pleno estádio nacional do Zimpeto, na Cidade de Maputo, onde perdeu por 3-2 mas garantiu o apuramento para o Campeonato Africano para jogadores que que atuam nos seus países de origem (CHAN) graças a vitória tangencial há uma semana em Antananarivo. Terá sido uma das mais amargas eliminações do “Mambas” que ao intervalo venciam por 3-0. “Estamos a atravessar uma crise mas nunca vamos deixar de trabalhar”, admitiu o seleccionador interino Victor Matine.

Após a derrota por 0-1 na 1ª mão nem os mais fervorosos adeptos dos “Mambas” poderiam imaginar a cambalhota que a nossa selecção iria dar a eliminatória no intervalo do jogo desse domingo (04).

Dayo, num golpe de sorte, esteve com o corpo no sítio certo para fazer o risco-chete da bola que a defesa de Madagáscar tentava aliviar e encaminha-la para o fundo das redes de Jean Donne Randrianasolo empatabo a eliminatória.

O golo soltou os moçambicanos que pressionando Madagáscar sempre que perdiam a bola começaram a equilibrar o duelo a meio campo e a iniciar jogadas de ataque. Numa delas, ao minuto x35, Luís Miquissone foi lançado para a área e sofreu falta. Maninho, muito seguro, enganou o guarda-redes e fez a cambalhota na eliminatória.

Moçambique estava irreconhecível de tão bem que jogava, os ataques sucediam-se e com naturalidade aconteceu o 3-0 no minuto 43. Pressionado um defesa malgaxe atrasou para o seu guarda-redes porém o pequeno Luis Miquissone foi atrás do esférico e de cabeça, pasme-se, fez um chapéu a Jean Donne Randrianasolo.

Explosão nas bancadas do estádio nacional de Zimpeto que até resultou na

queda de um adepto.

Antes do descanso o seleccionador malgaxe mudou a sua táctica e depois do intervalo viu-se uma equipa claramente à procura de vencer a eliminatória. Tal como em Antananarivo há uma semana Randianantenaina Arnaud saltou do banco e fez um golo a Moçambique, estavam jogados apenas 5 minutos da 2ª parte.

No ataque seguinte Madagáscar poderia ter empatado devido a um mau atraso de um defensor de Moçambique que quase ia enganando ao seu guarda-redes.

Os malgaxes mantiveram o ritmo atacante e, no minuto 56, uma cruzamento aparentemente inofensivo chegou as costas dos defesas moçambicanos onde Lalaina Jacquot Manampisoa apareceu solto de marcação e atirou para o fundo das redes de Victor fazendo nova cambalhota na eliminatória. É que os 2 golos no Zimpeto contaram a dobrar afinal a eliminatória ficou empatada 3-3.

Os “Mambas” foram impotentes na 2ª parte, apenas no minuto 80 Dayo conseguiu fazer o primeiro remate enquadrado com a baliza. Gerindo o resultado até ao apito final os malgaxes poderiam ter marcado pelo menos mais 2 golos.

Seleção de futebol está “atravessar uma crise mas nunca vamos deixar de trabalhar”

“É triste pela forma como os jovens entregaram-se, a forma como nós lutamos e acabamos consentindo 2 golos por erros defensivos, mas uma vez, de posicionamento são situações que nós trabalhamos, devíamos ter corrigido isso a muito tempo mas pronto quem anda na chuva tem que se molhar. Vamos dar força a este pessoal e pensar nos próximos compromissos. Demos um sinal mas estamos muito tristes porque não é isto que nós querímos, querímos lutar para ganhar e dar alegria ao povo moçambicano. Mais uma vez agradecer o povo que veio aqui puxar por nós, não conseguimos mas não vamos baixar os braços, vamos arregaçar as mangas e continuar a trabalhar”, declarou o seleccionador interino após o jogo.

Victor Matine considerou “inconcebível uma bola que vai nas costas, bola dividida e não vai ninguém para fazer a cobertura defensiva, vamos trabalhar” e admitiu que a selecção de futebol está “atravessar uma crise mas nunca vamos deixar de trabalhar, temos que acreditar que tudo é possível, acreditamos nós com esta rapaziada que veio aqui bater-se muitíssimo bem apesar de algumas dificuldades que estamos que estamos a passar, conseguimos fazer um bom re-

sultado, não nos interessa agora porque estamos eliminados”.

O presidente da Federação Moçambicana de Futebol, Alberto Simango Jr., não entendeu o que se passou no intervalo e na 2ª parte no entanto considerou que é altura de “levantarmos a cabeça e pensarmos o que é melhor para nós. Porque de facto do nosso lado todas as condições foram criadas para passarmos esta eliminatória, condições logísticas, de estágio, treino, tudo em conformidade, não houve nenhuma coisa que tenha falhado do nosso lado, entretanto na 2ª parte, em seis minutos, uma desatenção estranha deixarmos-nos sofrer 2 golos e assim castigaram-nos, não conseguimos passar para a fase seguinte”.

“Este é que é o futebol, vamos repensar em conjunto com os atletas o que nós queremos para o nosso futebol mas volta a dizer o nosso campeonato não é inferior ao malgaxe, entretanto situações de jogo decidiram o que acabou sendo esta eliminatória”, concluiu Alberto Simango Jr.

Tal como em 2017, quando o Madagáscar veio a Maputo marcar dois golos e eliminar a nossa selecção ainda na fase de apuramento da zona Austral para Campeonato Africano de futebol para jogadores que actuam nos campeonatos internos (CHAN) de 2020.

Pergunta à Tina

email
averdademz@gmail.com

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA DE SABER SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o XICONHOGA da semana



Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Bancos comerciais não reflectem nas suas margens de lucro "esperança e horizonte promissor" de Nyusi

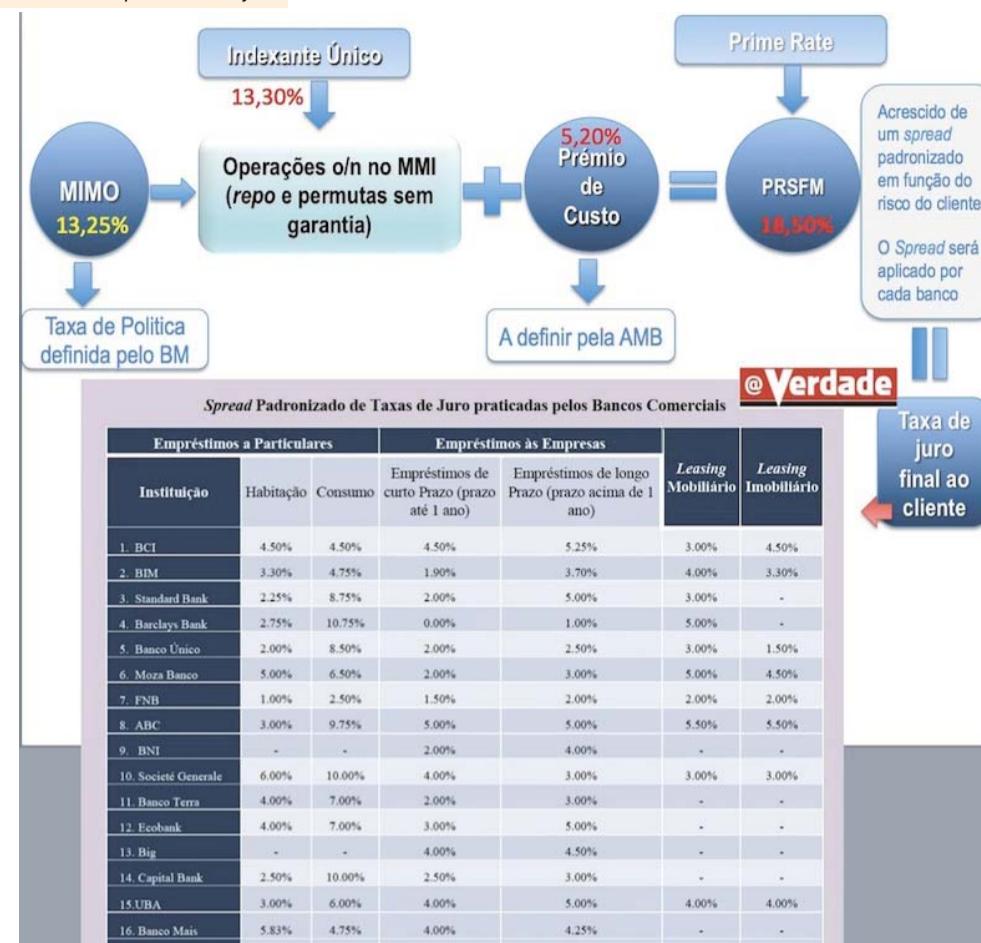
"Em 2015 afirmamos aqui conscientemente que ainda não estávamos satisfeitos com o Estado da Nação, em 2016 dissemos que a Nação mantinha-se firme, e esse termo entrou no vocabulário político da nossa sociedade, em 2017 o Estado da Nação era desafiante e encorajador, no ano passado, com convicção, declararamos que a Nação era estável e nos inspirava confiança. Podemos hoje dizer que fizemos a travessia de um mar de adversidades, esperávamos essas dificuldades porque estávamos claro do nosso caminho e estávamos certos do nosso destino", declarou Filipe Nyusi na síntese do informe que apresentou à Assembleia da República no passado dia 31.

Contudo os factos, em termos de Política Monetária, mostram que quando Nyusi tornou-se Presidente de Moçambique as taxas de juro rondavam os 10 por cento, o crédito à economia estava em expansão com uma contribuição de cerca de 20 por cento e o crédito mal parado era de apenas 4 por cento.

As dificuldades que Filipe Nyusi não admite terem sido causadas pelas dívidas ilegais é a crise económica e financeira que fez disparar as taxas de juro até ultrapassar os 30 por cento, o crédito à economia reduziu alcançando quase 15 por cento negativos enquanto o crédito mal parado ascendeu aos 13,8 por cento.

O Presidente Nyusi que em meados de 2018 declarou o início do fim da crise disse na semana passada: "Podemos afirmar com a mesma convicção e orgulho que o Estado da Nação é de esperança e de um horizonte promissor".

A verdade é que Moçambique depois de bater no fundo da crise só tinha um caminho: melhorar. No entanto,



e apesar do relaxamento da Política Monetária pelo Banco de Moçambique, o sector financeiro ainda não está seguro que a crise tenha passado, apesar de ter obtidos os maiores lucros de sempre, e reflecte a sua falta de esperança na economia.

Importa recordar que mesmo o BM só começou a relaxar a sua Política Monetária em Junho quando reduziu a taxa MIMO e as taxas da Facilidade Permanente de Depósitos e da Facilidade Permanente de Cedência pela primeira vez desde Dezembro de 2018. Porém essa redução de quase 1 por cento só reflectiu-se em 0,20 por cento na Prime Rate do Sistema Financeiro moçambicano em Julho e os restantes 0,80 por cento foram reduzidos para o mês de Agosto.



"Não basta que caia 1 por cento para automaticamente cair o Prémio de Custo"

Indiferentes continuam os bancos comerciais cujas as margens de lucro, ou spreads, que adicionam à Prime Rate do Sistema financeiro não descem desde 2018. Pior é o Prémio de Custo determinado pela Associação Moçambicana de Bancos que foi cifrada em 5,20 por cento em Abril 2017 e desde então não mudou.

Num recente encontro com a imprensa o director do departamento de mercados e gestão de reservas do BM, Umaia Mahomed, explicou que o Prémio de Custo "representa os elementos de risco da actividade interbancária não reflectidos nas ope-

rações do mercado interbancário e é quantificável através de três componentes principais que estão no acordo (com a AMB)".

"O Rating do país, em função daquilo que é classificação de Moçambique pelas agências notação financeiras, Moçambique está no risco mais baixo, lixo; temos o Rácio do Crédito em Incumprimento ou crédito mal parado, neste momento em torno de 11 por cento, e é uma componente que entra para o custo dos bancos. Para além disso temos o Rácio do Crédito Saneado; existe ainda Coeficiente de Reservas Obrigatórias que é definida pelo Banco de Moçambique em sede do Comité de Política Monetária, que é aquela parcela que o BM".



Questionado pelo @Verdade porque o Prémio de Custo não é revisto há mais de 2 anos Umaia Mahomed esclareceu que "não o crédito mal parado cair, tem que haver uma combinação de reduções das principais componentes mas também a magnitude dessa reduções tem de ser significativa, não basta que caia 1 por cento para automaticamente cair o Prémio de Custo, foram essas as negociações que foram possíveis".

"Vamos fazer agora em Setembro um ano e vamos avaliar se há matéria para rever o acordo (do acordo do Indexante Único entre o BM e a AMB)", revelou director do departamento de mercados e gestão de reservas do banco central.

"Samurais" perdem com Mali e Angola e mantém 4º lugar no Africano de basquetebol sub-16

Após a desgastante partida dos quartos-de-final, decidida em prolongamento, as "Samurais" não tiveram força para enfrentar o Mali, na meia-final, e acabaram por perder o jogo do 3º lugar para Angola. Tal como em 2017 a selecção sub-16 de Moçambique terminou o Campeonato Africano de basquetebol no 4º lugar.

Dante das campeãs africanas no escalão a nossa selecção discutiu o jogo na sexta-feira (02) durante menos de 1 minuto, Vanessa Chivale empatou a 4 pontos. Mas as malianas puxaram dos galões e venceram o 1º período por 23-8 pontos.

No 2º período o Mali aumentou a pressão e as "Samurais" ainda a recuperarem do esforço da véspera, diante do Uganda tiveram de ir a prolongamento, não conseguiram esboçar nenhuma reacção saindo para o intervalo a perder por 59-11 pontos.

Em elevado ritmo as malianas voltaram para o 3º período e dilataram a vantagem até 84-19 pontos.

No derradeiro período as campeãs



africanas deram chapa 100 vencendo a meia-final por 102-25 pontos.

No sábado (03) a nossa selecção

voltou para a quadra do pavilhão Amahoro em Kigali para tentarem melhorar o 4º lugar conseguido em 2017, pela frente en-

contraram Angola que foi tirada da final pelo Egito.

As angolanas inauguraram o placar, da linha de lances livres, de onde Moçambique também marcou o seu primeiro cesto. Angola assumiu a liderança do placar e abriu vantagem de 8-1 pontos antes de Paula Mabjaia reduzir. Jessie Joaquim reduziu aceleraram e venceram o 1º período por 15-7 pontos.

As "Samurais" não conseguiram entrar no jogo no 2º período e viram as angolanas irem para o descanso com vantagem de 28-19 pontos.

O intervalo foi fundamental para Moçambique que regressou com disposição para lugar pelo 3º lugar encestando 17 pontos e reduzindo

a desvantagem para 45-36 pontos.

No 4º período as moçambicanas continuaram a impor o ritmo da partida, mas Angola geriu com mestria a vantagem que não passou dos 8 pontos acabando por assegurar a vitória por 67-59 pontos e o 3º lugar do Campeonato Africano que decorreu no Ruanda.

Entre as "Samurais" destacaram-se Paula Mabjaia com uma eficiências de 14,8 por jogo, Vanessa Chivale com 11,8 pontos e 3,2 assistências por partida e ainda Jessie Joaquim com 12,5 ressaltos por jogo.

O Mali revalidou o título continental pela sexta vez consecutiva, derrotou o Egito na final por 84-48 pontos.

Ficha Técnica

NAMPULA-Av. 25 de Setembro 57 A

Tel: 258 84 39 98 635

MAPUTO-Avenida Mao Tse Tung 479

Tel: 258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas. Director: Adérrito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.

Terceiro acordo de paz em Moçambique será rubricado num acto público

O Presidente da República, Filipe Nyusi, e o líder do partido Renamo, Ossufo Momade, vão rubricar na tarde desta terça-feira (06), numa cerimónia pública, um Acordo de Paz para pôr fim ao terceiro conflito armado que Moçambique viveu desde a sua independência.

Texto: Redacção

Depois do Acordo assinado em 1992 na Cidade italiana de Roma, pelo então Presidente Joaquim Chissano e o presidente da Renamo Afonso Dhlakama, e após outro Acordo assinado em 2014 na Presidência da República, por Armando Guebuza e Dhlakama, o novo Acordo será assinado na praça da Paz, na capital moçambicana, e será testemunhada por vários chefes de Estado Africanos e assim como pela Alta Representante da União Europeia para a Política Externa, Federica Mogherini.

O Presidente da Comissão da União Africana, os Chefes de Estado e de Governo da África do Sul, Zâmbia, Namíbia, Ruanda e Madagáscar, Vice-Presidente Zimbabwe, e antigo Presidente da Tanzânia são alguns dos dignitários do nosso continente que vão testemunhar este novo Acordo que se segue há quase dois anos de guerra civil, após as Eleições Gerais de 2014 cujos resultados o partido Renamo rejeitou.

O conflito armado que escalou em 2015 só foi suspenso em Dezembro de 2016, quando o falecido líder Afonso Dhlakama declarou tréguas no seguimento de negociações com Filipe Nyusi que levaram a revisão pontual da Constituição para acomodar o processo de Descentralização governativa.

Ossufo Momade deu continuidade as negociações que depois de muitos recuos culminaram com a assinatura de um Acordo de Cessação de Hostilidades Militares no passado dia 1 de Agosto no Distrito da Gorongosa.

O Acordo que vai selar um novo capítulo para a Paz em Moçambique terá de ser transformado em lei pela Assembleia da República, numa sessão extraordinária que deverá acontecer nos próximos dias.

Representante do vaticano garante que visita do Papa Francisco a Moçambique não vai influenciar as Eleições Gerais



O representante do vaticano em Moçambique afirmou que a visita de 42 horas que o Papa Francisco fará à Cidade de Maputo, em pleno período eleitoral para as Gerais deste Outubro, não vai "influenciar de alguma maneira as relações políticas internas". Na óptica de Piergiorgio Bertoldi quando o Santo Padre encontrar-se com Filipe Nyusi "não vai encontrar um candidato para a Presidência, vai-se encontrar com o representante actual do Estado de Moçambique".

Texto: Adérito Caldeira

Foto: Arquivo

continua Pag. 04 →

Código Penal passa a punir com prisão violação das normas do PES e Orçamento do Estado

Os deputados da VIII Legislatura aprovaram a revisão do Código Penal de 2014 que passará a punir com maior precisão os crimes de corrupção e conexos praticados no sector público aplicando entre 2 a 8 anos de prisão aos servidores que violarem as normas do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado em Moçambique. Na revisão foram especificamente visados os funcionários da alfândega, viação, migração, identificação civil e criminal.

A Assembleia da República aprovou no passado dia 26 de Julho a revisão do Código Penal que, dentre várias inovações, passou a sancionar especificamente "o servidor público que por si, ou por interposta pessoa, com seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que seja devida, vantagem patrimonial, ou a sua promessa, para um qualquer acto ou omissão contrário ao dever do cargo, ainda que anterior à aquela solicitação ou aceitação, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos e multa até 2 anos."

Os servidores públicos que mais são apontados como corruptos em Moçambique ganharam uma sanção específica: "A pena de prisão de 1 a

8 anos é aplicada ao servidor público afecto ao serviço da alfândega, viação, migração, identificação civil e criminal que, por si ou interposta pessoa com o seu conhecimento ou ratificação, solicitar ou receber dinheiro ou promessa de dinheiro ou qualquer vantagem patrimonial ou não patrimonial, para, em matéria do seu ofício, praticar ou deixar de praticar acto."

Foi também clarificado quem deve ser considerado servidor público e, claramente fazendo jus ao ditado popular "Casa roubada, trancas na porta", o Código Penal passou a punir a violação das normas do Plano Económico e Social assim como do Orçamento do Estado, que servirá

como uma luva para alguns dos envolvidos nas dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM.

"O servidor público a quem, por dever de seu cargo, incumba o cumprimento das Leis do Plano e do Orçamento e, voluntariamente, a viole é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos, se pena mais grave não couber quando: contraia ou conceda empréstimo ou autorize aval do Estado; realize ou mande realizar operação financeira, activa e passiva, com implicação directa ou indirecta no Plano e Orçamento; autorize ou promova operação de tesouraria que eleve o endividamento público ou alteração orçamental", passou a sancionar o Código Penal.



→ continuação Pag. 03 - Representante do vaticano garante que visita do Papa Francisco a Moçambique não vai influenciar as Eleições Gerais

"Pelo pouco que acabo de conhecer dos moçambicanos me parecem suficientemente inteligentes para separar a dimensão de uma visita apostólica da dimensão política e em particular eleitoral. Acho que todos os moçambicanos estejam em altura de compreender que o Presidente da República, não é o presidente da Frelimo, que convidou o Santo Padre, isto é o representante do Estado", disse a jornalistas nesta segunda-feira (05) o Núncio Apostólico.

O representante do vaticano em Moçambique, que respondia sobre um eventual aproveitamento político da Visita Papal, disse que quando o Santo Padre encontrasse com Filipe Nyusi nos dias 4, 5 e 6 de Setembro "não vai encontrar um candidato para a Presidência, vai-se encontrar com o representante actual do Estado de Moçambique e ademais terá também a presença das outras forças políticas no encontro que vai-se seguir".

"Não acho que a visita do Papa possa influenciar de



alguma maneira as relações políticas internas", enfatizou Bertoldi, numa conferencia de imprensa em Maputo onde foi anunciado o programa detalhado da visita do Papa Francisco, que imagina que a Visita Papal "vai ser um parêntesis na campanha eleitoral, a qual todos os moçambicanos vão reflectir sobre outros temas para depois voltar a fazer as suas escolhas políticas".

O ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, José Pacheco, revelou que o Santo Padre deverá chegar a Ma-

puto cerca das 18h30 do dia 4 de Setembro, no Terminal Presidencial do Aeroporto Internacional de Maputo onde será recebido pelo Presidente Nyusi com Honras de Estado.

Do Aeroporto até ao local onde irá pernoitar o Sumo Pontífice irá deslocar-se no Papa Móvel, "é desejo dele que ao chegar a Moçambique possa fazer-se muito próximo de cada um dos moçambicanos, no rosto daqueles que vão estar nas ruas", esclareceu D. António Juliassse, Bispo Auxiliar de Maputo e coordenador de toda visita Papal.

Parlamento encerrou, mas volta a reunir em sessão extraordinária

Em tom de campanha eleitoral a Assembleia da República (AR) encerrou na passada quinta-feira (01) a sua IX Sessão Ordinária onde foram apreciadas 42 matérias de 54 agendadas. Porém a VIII Legislatura ainda não terminou e deverá a voltar a reunir nas próximas semanas em sessão extraordinária para fundamentalmente chancelar o terceiro Acordo de Paz entre o Governo da Frelimo e o partido Renamo.

Após 30 sessões plenárias onde foram apreciadas 42 matérias, 30 das quais aprovadas por consenso, a AR encerrou as sessões ordinárias da legislatura eleita em 2014.

"Hoje, a nossa justiça não é capaz de, com independência, celeridade e na base da lei, julgar e condenar os corruptos que colocaram Moçambique de joelho nestes últimos cinco anos, sacrificando um povo inteiro com restrições, escassez de medicamentos e um bloqueio financeiro internacional. Reiteramos a nossa posição: o nosso Povo não deve pagar as dívidas ilegais e fraudulentas, não autorizadas por esta magna casa", afirmou Lutero Simango, o líder da bancada parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) no seu discurso de balanço.

Simango instou ao Governo a apurar as motivações do conflito que acontece na Província de Cabo Delgado "para permitir a solução do problema antes que ganhe um cunho político".

Sobre a revisão constitucional que aconteceu o chefe da bancada do MDM disse que o partido "continua a acreditar na importância de libertar o sistema judiciário do poder político; definir uma política nacional das

Forças da Defesa e Segurança e o quadro das políticas monetárias e fiscais ajustadas às verdadeiras necessidades das pessoas".

"Aos nossos concidadãos apelamos para que no dia 15 de Outubro decidam o futuro das nossas vidas e das vidas dos nossos filhos. Temos que decidir sobre a vida das futuras gerações. Estas eleições visam decidir o futuro. Há duas opções: continuar no cinismo e populismo, ou abraçar a esperança, mudando.

Nós, no MDM, representamos a mudança; somos a esperança", concluiu Lutero Simango.

Já Ivone Soares começou por fazer uma balanço da sua acção pessoal com chefe da bancada do partido Renamo. "Não obstante ter sido a primeira jovem mulher a assumir funções de tão vasta responsabilidade, tenho o sentimento de missão cumprida", declarou.

Depois entrou na campanha eleitoral: "Há 43 anos que o povo ouve as mesmas promessas! Mudam-se os protagonistas, mas a história é a mesma. Que não haja dúvidas, um governo da RENAMO dirigido por Sua Exceléncia General Ossufo Momade mudará para melhor o

estado das coisas. Temos melhores propostas e temos quadros competentes e íntegros, estamos preparados para desenvolver o país, usar os fundos do Estado com transparência, criar um fundo soberano com o dinheiro do gás e do carvão para fazer face aos momentos em que calamidades como os ciclones Idai e Kenneth nos põem à prova".

Ivone Soares particularizou a campanha nos "10 cabeças de lista, candidatos a Governadores, cujas capacidades de gestão e créditos na transparência nós, Renamo, asseguramos" e lançou aquele que poderá ser o slogan do maior partido da oposição em Moçambique: "Com Ossufo Momade, Renamo unida, rumo à vitória, dizemos não falha nada!"

Para chefe da bancada parlamentar do partido Frelimo, Margarida Talpa, fez uma resenha do quinquénio citando o informe apresentado na véspera pelo presidente do seu partido e Chefe de Estado.

Entretanto a AR deverá voltar a reunir nas próximas semanas para chancelar o Acordo de Paz que Filipe Nyusi e Ossufo Momade têm de assinar ainda antes do fim do mês de Agosto.

todos os dias

FACTOS

A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com

Zimpeto será o ponto mais alto da visita do Papa Francisco

No dia 5 de Setembro o Papa Francisco fará uma visita de cortesia ao Presidente da República no palácio da Ponta Vermelha onde irá encontrar-se ainda com as autoridades, sociedade civil e corpo diplomático e fará o seu primeiro discurso em Moçambique.

O Santo Padre deslocar-se-á em seguida para o pavilhão do Maxaquene para um encontro inter-religioso com jovens, fazendo o trajecto desde a Presidência no Papa Móvel, e deverá efectuar o seu segundo discurso.

Depois de almoçar na Nunciatura o Papa Francisco irá reunir com os bispos, sacerdotes, religiosos, consagrados, seminaristas, catequistas e animadores na Catedral da Imaculada Conceição onde irá proferir o seu terceiro discurso no nosso país.

No fim da tarde do dia 5 o Sumo Pontífice irá deslocar-se, em visita privada, à "Casa Mateus 25" que é um progra-

ma de assistência a moradores de ruas que acontece todos os dias na Igreja de Nossa Senhora das Vitórias.

O dia último dia da visita Papal começa cedo no Hospital do Zimpeto, unidade sanitária que existe graças aos apoios da Comunidade de Santo Egídio, de onde partirá no Papa Móvel para o Estádio Nacional do Zimpeto local onde fará a "Santa Missa" cerca das 10 horas.

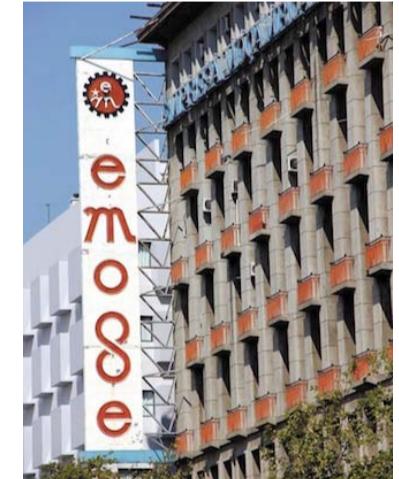
O acesso ao maior evento público que será dirigido pelo Papa Francisco em Maputo será feito mediante senhas que começarão a ser distribuídas a partir de dia 15 de Agosto em todas as paróquias e também no Gabinete de Coordenação da Visita.

O Governo irá conceder Tolerância de Ponto no dia 6 de Setembro para a Cidade e Província de Maputo para permitir que todos os "maputenses" acompanhem a visita do Papa Francisco que deverá deixar Moçambique, com destino a Madagáscar, cerca das 12h25 num avião das Linhas Aéreas de Moçambique.

Contas da EMOSE afectadas pela crise das dívidas ilegais

A crise das dívidas ilegais também afectou a Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE) que no exercício de 2017 registou prejuízos superiores a 823 milhões de Meticais e no ano passado nem sequer conseguiu gerar dividendos para o Estado. Ao @Verdade o Presidente do Conselho de Administração (PCA), Joaquim Langa, justificou maus os resultados com "a variação cambial afectou sobremaneira o nosso património de imóveis que estão em dólar".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo



"Só aí registamos perdas cambiais de 926 milhões de Meticais. Essas perdas, no método de relato financeiro elas são reconhecidas como perdas do exercício que afectaram o nosso lucro", argumentou o Presidente do Conselho de Administração da EMOSE.

Contudo Langa disse ao @Verdade que apesar dos resultados menos positivos a Seguradora está saudável. "Tivemos uma perda contabilística mas que não afectou o fluxo de caixa, a nossa capacidade financeira não está afectada nem tão pouco".

Paz em Moçambique reforça meta de “silenciar as armas no continente até 2020”

O presidente da Comissão da União Africana (UA), Mussa Faki Mahamat, afirmou nesta terça-feira (06) em Maputo que a assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação por Filipe Nyusi e Ossufo Momade reforça “o nosso projeto de silenciar as armas no continente até 2020”.

Texto: Adérito Caldeira

Intervindo na praça da paz Mussa Faki Mahamat declarou que “a amnistia concedida aos antigos guerrilheiros da Renamo e sua Desmobilização e Reintegração na sociedade é um marco vital para o fim de um dos mais antigos conflitos africanos”.

O presidente da Comissão da UA assinalou a resiliência do povo moçambicano, que além da guerra está a refazer a sua vida após os ciclones Idai e Kenneth, e recordou “a comunidade internacional e ao sector privado para tirarem partido desta atmosfera de paz e reconciliação e investirem nos esforços de reconstrução” das áreas devastadas.

“Saúdo as medidas de segurança tomadas pelo Governo para combater o terrorismo e o crime transnacional, Moçambique não está sozinho na luta contra estes males, a Comissão da União Africana está pronta para apoiar os esforços nacionais e regionais” afirmou Mussa Faki Mahamat.

O presidente da Comissão da União Africana saudou “a assinatura deste Acordo de Paz que juntamente com o acordo político que vai ser rubricado no Sudão reforçam o nosso projeto de silenciar as armas no continente até 2020”.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

 [@verdademz](https://twitter.com/verdademz)

Nyusi e Momade acabam com um dos mais antigos conflitos em África num acto público ignorado pelo povo



Moçambique, e nem mesmo a Cidade de Maputo, não pararam para testemunhar o Acordo de Paz e Reconciliação rubricando, em Maputo, no fim da tarde desta terça-feira (06) por Filipe Nyusi e Ossufo Momade. “Este não é nenhum Acordo entre inimigos, é um Acordo que prova que não queremos mais guerra” declarou o Chefe de Estado. O líder do partido Renamo particularizou, mais uma vez, os agradecimentos “ao nosso Estado-Maior General na pessoa do General Timothy Mackenzie”. Testemunhado pelo líder do MDM e outros altos dignitários o Acordo que pôs fim a umas das mais antigas guerras em África não contou com a presença das Organizações da Sociedade Civil.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 06 →

“Vocês entenderam que a paz é mais conveniente para cada moçambicano”, representante da União Europeia

A Alta Representante da União Europeia para a Política Externa, Federica Mogherini, uma das individualidades estrangeiras que veio a Maputo para testemunhar o Acordo de Paz e Reconciliação disse que o Presidente Nyusi e o líder do partido Renamo “entenderam que a paz é mais conveniente para cada moçambicano” e anunciou um apoio de 60 milhões de euros para a implementação da paz em Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

“Num mundo cheio de conflitos, onde tudo parece estar a ir na direcção errada Moçambique está a dar-nos esperança hoje” disse Federica Mogherini no início da sua intervenção onde revelou ter combinado com o Presidente Filipe Nyusi, num encontro que teve nos Estados Unidos da América, que só regressaria a Moçambique para a assinatura da paz.

A Alta Representante da União Europeia para a Política Externa usou uma analogia do passado europeu para assinalar o momento que testemunhou. “Na Europa vivemos em guerra durante centenas de anos, em algum momento o resto do mundo sofreu com as nossas guerras, quando os nossos avós aperceberam-se que fazer a paz era mais conveniente do que estar em guerra então a Europa tornou-se o que é hoje: uma terra de paz e prospé-



ridade, embora com dificuldades, mas dificuldades fazem parte da vida. Vocês entenderam que a paz é mais conveniente para cada moçambicano”.

“Sabemos que a partir de amanhã vão precisar de todo apoio que os amigos de perto e longe

podem dar para tornar a paz definitiva e é por isso que tenho a honra de anunciar que a União Europeia alocou 60 milhões de euros para suportar a implementação do Acordo que hoje assinaram e espero que outros sigam o nosso exemplo”, declarou ainda Federica Mogherini.



Diga-nos quem é o
XICONHOGA
da semana



Escrava um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 05 - Nyusi e Momade acabam com um dos mais antigos conflitos em África num acto público ignorado pelo povo

"Isso é negócio deles" disse ao @Verdade uma jovem aborrecida pelo encerramento do perímetros ao redor da praça da paz, onde aconteceu a cerimónia, que a fez caminhar a pé alguns quilómetros até a sua residência. Um cidadão que tentava ganhar dinheiro apostando em partidas desportivas estrangeiras desabafou "isso não me interessa, já estou cansado das brincadeiras desses".

O comércio não fechou, nem mesmo a poucos metros do local da assinatura, a dos maputenses esteve nos locais de trabalho e no caótico tráfego enquanto decorria a importante cerimónia que pôs fim a terceira guerra civil na história de Moçambique. Não houve comemorações por parte do povo.

O Presidente Nyusi começou por assinalar que "hoje a política venceu o abismo da divisão e da violência que ao longo dos anos vinha provocando morte, destruindo o nosso tecido económico e colocando o povo em pólos antagónicos".

"O Acordo que acabamos de assinar é um Acordo de irmãos que chegaram definitivamente à consciência que não há mais razão para continuar a matarem-se. Este não é nenhum Acordo entre inimigos, é um Acordo que prova que não queremos mais guerra" declarou o Presidente de Moçambique após rubricar o documento que ainda deve ser ratificado.



do pela Assembleia da República, numa sessão extraordinária a ser agendada nos próximos dias.

O Chefe de Estado enfatizou: "Hoje estamos aqui para dizer a todos os moçambicanos, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico, assim como na diáspora, e a toda a Comunidade Internacional, aqui bem representada com a presença de chefes de Estado e Governos de países irmãos e individualidades estrangeiras de países parceiros de Cooperação, de organizações regionais, internacionais e multilaterais, que o processo que iniciamos é irreversível".

"E não queremos mais guerra, não queremos mais ver irmãos contra irmãos a lutar. Não queremos jamais ver o sangue derramado para nos libertarmos do jugo colonial desvalorizado e vilipendiado por uma luta entre irmãos. Não temos ilusões

que doravante tudo será um mar de rosas, no processo de construção de um país de paz, harmonia, progresso e bem-estar pelo qual pugnamos", disse também o Chefe de Estado.

Ignorando a ausência do seu povo (presentes estiveram membros organização da mulher, jovens e crianças do partido Frelimo) e até mesmo de representantes das principais Organizações da Sociedade Civil o Presidente Nyusi apelou aos moçambicanos "que acolhamos os nossos irmãos desmobilizados da Renamo e ajudar na sua reintegração sócio-económica".

Que o sangue derramado não tenha sido em vão e permaneça sempre o espírito da boa fé"

Tal como havia feito publicamente quando foi eleito presidente do maior partido

todos os dias
FACTOS
A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade
twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com

de oposição, a 17 de Janeiro passado, Ossufo Momade começou o seu discurso agradecendo "nesta ocasião de cessar fogo, de forma particular, reconhecemos e agradecemos ao nosso Estado-Maior General na pessoa do General Timothy Mackenzie, aos comandantes e soldados que desde a primeira hora aceitaram o chamamento da Renamo".

Para o líder do maior partido de oposição, a Renamo, "o cessar fogo deve significar o início de uma era que deve caracterizar-se pela aceitação de pensamentos diferentes e coabitacão política pacífica. A alternância governativa, através de eleições livres, justas e transparentes deve ser a regra e não exceção. Doravante a nossa visão deve ser potenciar o

populações. O cessar fogo que agora inicia em todo o território nacional traz nova esperança e confiança a nossa sociedade, desde que a boa fé continue a imperar entre as partes".

Momade terminou reiterando "os nossos apelos de não voltarmos a cometer os mesmos erros e criar um ambiente favorável para a realização de eleições livres, justas e transparentes. Que o sangue derramado não tenha sido em vão e permaneça sempre o espírito da boa fé".

O Acordo de Paz e Reconciliação teve como testemunhas os Presidentes da Namíbia, do Ruanda, da Tanzânia, o embaixador da Suíça e representantes do Secretário-Geral das Nações Unidas, representante da Co-



munidade de Santo Egídio e o antigo Presidente Joaquim Chissano. Curiosamente o ex-Presidente Armando Guebuza, presente na tribuna, não foi convidado.

Abuso e exploração da fé criminalizado em Moçambique

A revisão do Código Penal, aprovada recentemente pela Assembleia da República, criminalizou com prisão quem "aliciar crentes de uma religião ou culto a alienar ou entregar dinheiro ou bens como (...) promessa para o enriquecimento".

Os deputados da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República decidiram "inovar" o Código Penal e aproveitaram a revisão, aprovada por consenso das bancadas do MDM, Renamo e MDM, no passado dia 26 de Julho, para criminalizar o abuso e exploração da fé em Moçambique.

"Quem, por meio de artifícios enganosos ou publicidade, aliciar crentes de uma religião ou culto a alienar ou entregar dinheiro ou bens como contrapartida de sua participação ou promessa

para o enriquecimento, é punido com a pena de prisão de 1 mês a 2 anos e multa até 1 ano", determina o Artigo 239.

O @Verdade perguntou ao ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos se o Governo vai esperar que os crentes se sintam defraudados e apresentem queixa ou criar brigadas para acompanhar as sessões em cada uma das casas de culto das mais de 900 confissões religiosas existentes em Moçambique. Joaquim Veríssimo escusou-se a responder, porém recentemen-



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

3. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO



3.5.c) Religião ou Crença

3.5.c)% da população da religião cristã subdividida em católica e protestante



QUADRO 11. POPULAÇÃO POR RELIGIÃO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA, IDADE E SEXO.
MOÇAMBIQUE, 2017

Área de residência, idade e sexo	Total	Católica	Anglicana	Islâmica	Zione/sião	Evangelical/pentecostal	Sem religião	Outra	Desconhecida
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Total	26 899 105	7 313 576	457 716	5 094 024	4 199 108	4 124 710	3 737 354	1 297 856	674 761

te o Executivo manifestou a sua preocupação para um alegado impacto negativo na sociedade que muitas igrejas criam.

O facto é que o número de moçambicanos crentes das confissões protestantes, particularmente evangélicos e pentecostais não

pára de aumentar, relativamente a aqueles que professam as religiões mais tradicionais, como a católica e islâmica.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

Reclusos morrem em tumulto numa penitenciária no Norte de Moçambique

Três reclusos que estavam detidos na penitenciária regional Norte, na Cidade de Nampula, foram mortos a tiro durante um tumulto ocorrido durante a manhã desta quarta-feira (07) que além de danos materiais deixou outros sete presos gravemente feridos.

Texto: Redacção

Ao que tudo indica o alvorço teve início durante uma revista de rotina numa cela onde estavam os mais perigosos cadastrados da penitenciária, "um deles portava uma granada de fumo que durante o trabalho acabou caindo no pavilhão, isso criou uma agitação. Os internos com uma força que tiveram abriram as portas e, por causa dos comportamentos que aqui não podemos mencionar, acabaram saindo e iam abrindo os outros pavilhões" disse a jornalistas o director do estabelecimento Álvaro Arnaça.

Durante o tumulto os reclusos, mais de 1700, destruíram várias infra-estruturas da Administração da penitenciária regional Norte, vandalizaram outras e chegaram a incendiar alguns locais.

Arnaça explicou que "como forma de baixarmos os ânimos entramos com a força, com essa força que aplicamos ao entrar houveram sete feridos (entre os reclusos)".

O director da prisão revelou ainda que para controlar a situação, além dos agentes penitenciários, "porque a situação não era das melhores, solicitamos os nossos colegas da UIR, o quartel militar e os bombeiros".

Fonte do Hospital Central de Nampula confirmou que três reclusos entraram sem vida, vítimas de baleamento, outros sete feridos com alguma gravidade e ainda dois agentes da autoridade foram assistidos e receberam alta.

Governo anula adjudicação do Hotel Santa Carolina por incumprimento de investimentos, "haverá mais anulações" avisa o ministro do Turismo



Por incumprimento de investimentos turísticos acordados em 2006 o Governo decidiu anular a Escritura Pública que "adjudica 100 por cento do património do Hotel Santa Carolina a favor da Echo Delta Holding Limited". Em entrevista ao @Verdade o ministro da Cultura e Turismo, Silva Dunduro, avisou que "haverá mais anulações porque existe muita terra ociosa que foi entregue a gente que não está a fazer absolutamente nada".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Yassin Amuji

continua Pag. 08 →

Dividendos do Banco de Moçambique para erário reduziram 62 por cento

Os dividendos do Banco de Moçambique (BM) para os cofres de Estado reduziram em 62 por cento no exercício de 2018, menos 5 biliões de Meticais comparativamente ao ano anterior em que as suas Contas foram reprovadas pelo Auditor Externo.

O banco central ainda não tornou públicas as suas Demonstrações Financeiras do ano passado, "ainda estamos a rever" esclareceu ao @Verdade a directora do Gabinete de Comunicação, Silvina de Abreu.

Contudo, analisando a Conta Geral do Estado de 2018 o @Verdade apurou que em 2018 o BM gerou pouco mais de 3 biliões de Meticais em receitas para o erário, relativos aos 55 por cento de dividendos que habitualmente paga aos cofres públicos.

Este montante representa uma redução de 61,7 por cento comparativamente aos poucos mais de 8 biliões de Meticais quem em 2017 pagou ao Estado.

Recorde-se que as Contas do BM do exercício de 2017 foram reprovadas pelo Auditor Externo, a consultora KPMG, pois "não apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada e separada do Banco de Moçambique em 31 de Dezembro de 2017".

Tabela 9 - Receitas de Dividendos (Em Milhões de Meticais)				
Proveniência	Ano 2017	Ano 2018	Peso	Variação 2017/18
Banco de Moçambique (BM)	8.029,5	3.073,4	75,7%	-61,7%
Total 1/	10.113,0	4.060,9	100,0%	-59,8%
Receita Total	213.222,9	213.032,2		-0,1%
Contribuição dos Dividendos em % da Receita Total	4,7	1,9		



Em Outubro de 2018, questionado sobre as contas do ano anterior, o Governador Rogério Zandamela esclareceu que: "bancos centrais não estão no negócio de buscar lucros, é muito importante isso, comparado a bancos comerciais. Lucros ou mesmo perdas não são objectivos nem primários nem secundários do banco central".

Paradoxalmente os bancos comerciais em Moçambique, aproveitando as altíssimas taxas de juro, obtiveram no ano passado os maiores lucros de sempre.



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 07 - Governo anula adjudicação do Hotel Santa Carolina por incumprimento de investimentos, "haverá mais anulações" avisa o ministro do Turismo

Quem conhece as suas areias brancas e imaculadas, a água cristalina que deixa ver os seus belíssimos corais confirma que o apelido de ilha do paraíso, que remonta aos anos 70, não é propaganda turística da mais pequena ilha do arquipélago de Bazaruto que tem 3 quilómetros de comprimento por 500 metros de largura.

Desde 1973 não é possível pernoitar na Ilha de Santa Carolina pois o hotel que ali funcionou desde os anos 50 com 100 quartos deixou de funcionar e tornou-se numa ruína, tal como a pista de aterragem e a capela adjacentes.

Em 2006, muito antes do Turismo ser a prioridade dos políticos para o desenvolvimento de Moçambique, o Governo de Armando Guebuza concedeu ao Grupo Echo Delta Holding Limited, de origem britânica e registado nas Ilhas de Man, as ruínas existentes na Ilha de Santa Carolina, o Hotel de Dona Ana, também sem funcional no Município de Vilankulo, o complexo turístico de Magaruque também no Arquipélago de Bazaruto, e os hotéis Dom Carlos e Estoril, na cidade da Beira.

Dois anos depois o então Ministério do Turismo aprovou a edificação na Ilha de Santa Carolina de um hotel de 50 quartos, restaurantes, bares, centros de pesca e mergulho, campos de ténis, "spas", entre outras infra-estruturas de apoio às actividades turísticas numa parceria entre o Grupo Echo Delta Holding Limited e o Grupo Rani, dos Emirados Árabes Unidos num investimento estimado em 50 milhões de Dólares norte-americanos.



Mais de uma década passou e não se nota um único dólar investido da chamada ilha do paraíso. Por isso o Executivo de Filipe Nyusi decidiu, a 14 de Maio último, anular "a Escritura Pública de 9 de Fevereiro de 2006, que adjudicou 100 por cento do património do Hotel Santa Carolina a favor da Echo Delta Holding Limited, bem como as transacções realizadas e os respectivos registo de propriedade predial".

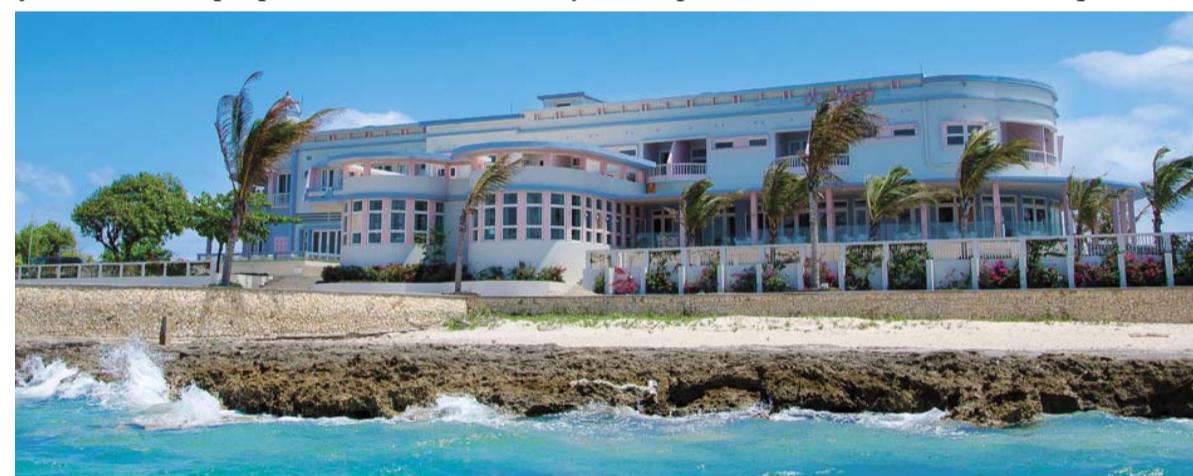
O Ministro da Cultura e Turismo, Silva Dunduro, explicou ao @Verdade a decisão do Conselho de Ministros: "nós anulamos por incumprimento do contrato, aquilo continua em ruínas enquanto está num paraíso perdido. O grupo Rani escreveu ao Presidente da República numa espécie de reclamação e nós estamos a responder a isso".

Dunduro revelou ao @Verdade que as restantes concessões que foram adjudicadas ao Grupo Echo Delta Holding Limited também estão em apreciação e "haverá mais anulações porque existe muita terra ociosa que foi entregue a gente que não está a

fazer absolutamente nada".

Governo vai anular adjudicações dos hotéis Dom Carlos e Estoril

O @Verdade apurou que na concessão que recebeu em Magaruque o Grupo Echo Delta em vez de um empreendimento turístico transformou numa habitação luxuosa do proprietário.



Outra concessão do Grupo Echo Delta Holding Limited é o Hotel Dona Ana que ainda explorou até ao início de 2019 mas foi encerrado em Julho oficialmente para trabalhos de manutenção e reabilitação.

todos os dias

FACTOS

A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com

No entanto o @Verdade apurou que a unidade hoteleira, construída também no tempo colonial pelo mesmo empresário que edificou o hotel na Ilha de Santa Carolina, foi encerrada pelo Grupo Echo Delta Holding Limited sem que oficialmente as autoridades municipais e do Distrito de Vilanculo fossem informadas.

O @Verdade sabe que a empresa deve vários meses de salários aos seus trabalhadores, que poucas semanas antes do encerramento realizaram uma greve, e o Grupo Echo Delta Holding Limited também não tem honrado os seus compromissos com fornecedores como a Electricidade de Moçambique ou simplesmente pagar as devidas taxas municipais.

Além disso o @Verdade desconfiou que no âmbito da concessão do hotel foi adjudicado mais 500 metros da costa adjacente porém o

declarou ao @Verdade que: "Já tudo passou (prazos para investimentos) houve muita tolerância, algumas porque há envolvimento de empresários nacionais que actuam na área há muitos anos e que sempre vem com a perspectiva que vai arrancar, vai arrancar, mas o tempo está a passar e não podemos continuar assim porque o Turismo é uma das áreas prioritárias, estamos a crescer, embora não no ritmo que gostaríamos, mas estamos a fazer algumas inovações e tem que haver respostas do sector privado para que isso avance".

De acordo com o Governante as concessões na Beira do hotel Dom Carlos e hotel Estoril, "vamos retirar" ao Grupo Echo Delta Holding Limited.

O Presidente da Associação de Turismo de Vilanculos, Yassin Amuji, manifestou ao @Verdade a preocupação dos residentes daquele re-

gião turística: "nós estamos preocupados porque o nosso turismo dessas ilhas e desse hotel e seria importante que tivéssemos investidores sérios para investir em empreendimentos que geram emprego e mais turistas".

Não foram criados postos de controlo de ébola em Moçambique "somos um país que tem baixo risco"

O Ministério da Saúde desmentiu nesta quarta-feira (07) informações que davam conta da criação de postos de controlo do vírus do ébola ao longo da fronteira de Moçambique com o Malawi. "Reforçamos actividades de rotina, não na fronteira com o Malawi particularmente mas nos maiores postos de possível entrada de pessoas vindas da República Democrática do Congo" esclareceu a directora Nacional de Saúde Pública que clarificou "não há ébola neste momento no Malawi".

A directora Nacional de Saúde Pública esclareceu que não foram criados novos postos fixos de controlo do letal vírus que há cerca de um ano está a ceifar vidas na República Democrática do Congo. "Ainda não chegamos à fase de implementação de um plano de contingência porque não temos ébola" disse em conferência de imprensa na Cidade de Maputo tendo explicado que postos de controlo "só em casos de vigilância activa".

"Reforçamos actividades de rotina, não na fronteira com o Malawi particularmente mas nos maiores postos de possível entrada de pessoas vindas da República Democrática do Congo" declarou Rosa Marlene que acrescentou que "não há ébola neste momento no Malawi".

Nos postos de entrada de viajantes é feita uma triagem regular dos países visitados e, "se eventualmente alguém vem da República Democrática do Congo temos de saber, como a ébola não faz parte da vigilância de rotina então na rotina estamos a educar para também incluir essa vigilância mas não significa a montagem de algo".

"Segundo aquilo que é a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o nosso país nós temos muito baixo risco, não temos contacto fronteiriço com a República Democrática do Congo, somente a região onde está a acontecer a ébola é considerada de alto risco, portanto quando falamos de risco vermelho não vamos falar de risco vermelho para a República de Moçambique porque isso é só



para as zonas onde está a ocorrer a epidemia de ébola"

A directora Nacional de Saúde Pública clarificou ainda que "o ébola nunca foi um problema de Saúde Pública" em Moçambique.

Congo, os casos de ébola que foram encontrados noutras países são da República Democrática do Congo e não desses países".

Djamila Cabral clarificou que o risco de transmissão do vírus do ébola para Moçambique "é baixo mas não é zero, tal como não é em nenhum lugar do mundo".

"Quero reiterar que não há casos de ébola nem no Malawi nem em Moçambique, tudo o que tem sido feito são medidas para estarmos preparados caso tenhamos porque o risco não é zero para qualquer país no mundo", concluiu a representante da OMS em Moçambique que actualizou os casos registados desde há 1 ano até terça-feira (06) na República Democrática do Congo são 2687 dos quais 1811 resultaram em óbitos.

Juíza Osvalda Joana reformada na Embaixada de Moçambique em Angola

O Presidente Filipe Nyusi reformou Osvalda Joana do Tribunal Supremo, era uma das duas Juízas Conselheiras, e enviou-a como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Moçambique junto da República de Angola, em substituição de Maria Helena Taípo.

Texto: Redacção

Nomeada por Armando Guebuza, em 2012, a Juíza de 57 anos de idade era uma poderosa aliada do movimento feminista da Sociedade Civil, presidiu a Associação das Mulheres Moçambicanas na Carreira Jurídica e participou activamente na revisão de inúmera legislação retrógrada e machista que imperava na Justiça moçambicana.

Para alguma frustração da classe Filipe Nyusi tem primado pela nomeação de embaixadores que não são diplomatas de carreira como são os casos de Jorge Khálau, Paulino Macarangue, Carvalho Muária ou Eliseu Machava.

Com a saída de Osvalda Joana o Tribunal Supremo ficou com apenas um membro do sexo feminino.

PIB, para compensar o crescimento da população em Moçambique, “deveria estar nos 12 a 15 por cento”



A colocação da primeira pedra para a construção da Fábrica de Gás Natural Liquefeito em Afungi, no Distrito de Palma, foi mais um evento para reafirmar que nada será como dantes em Moçambique. Contudo os biliões de dólares ansiados em receitas para o Estado não chegarão para compensar o crescimento da população moçambicana de acordo com o Professor António Francisco: “a necessidade de expansão de capital e infra-estruturas para cobrir o crescimento populacional de 3 por cento o PIB deveria estar nos 14 por cento”, não nos 7 a 8 por cento projectados.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 10 →

Governo, em campanha eleitoral, aumenta “tako” para Autoridades Comunitárias

O Governo de Filipe Nyusi, em campanha eleitoral para reeleição, decidiu aumentar em cerca de 27 por cento a remuneração das Autoridades Comunitárias em Moçambique, com retroactivo desde 1 de Janeiro de 2018.

Desestruturadas durante o período anterior a democracia em Moçambique, nos secretários de bairros e chefes de quarteirão, as autoridades tradicionais escolhidas pelo direito costumeiro, os régulos que em grande parte do país não se renderam durante anos ao partido Frelimo, acabaram de certa forma cooptadas pelo dinheiro.

Na revisão da Constituição da República em 2004 o Estado passou a reconhecer e valorizar o seu papel tendo-a formalizado com uma farda reluzente e a atribuição de um subsídio que foi fixado em 450 Meticais, para autoridades comunitárias de 1º escalão, 250 Meticais, os de 2º escalão, e 150 Meticais, os do 3º escalão.

Em 2014, também no início de



mais uma campanha eleitoral, o então Executivo de Armando Guebuza reviu os subsídios dos cerca de 30 mil membros das autoridades tradicionais para 550, 350 e 200 Meticais, em função de cada escalão.

O @Verdade apurou que em finais de Julho a ministra da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namashulu, e o ministro da Economia e Finanças, rubricaram o Diploma nº75/2019 que reajustou

o “subsídio mensal a pagar às Autoridades Comunitárias: 1º escalão 700 Meticais, 2º escalão 450 Meticais e 3º escalão 250 Meticais.

Em ano das 6ªs Eleições Presidenciais e Legislativas e do 1º pleito que vai eleger Governos Provinciais o Executivo de Nyusi não só decidiu aumentar o subsídio como determinou que o mesmo “retroage a 1 de Janeiro de 2018”.

Para assegurar a submissão das Autoridades Comunitárias aos desígnios do partido Frelimo o @Verdade apurou que os subsídios são pagos através das Administrações distrital, órgão nomeado pelo Presidente da República e presidente do partido no poder desde 1975.

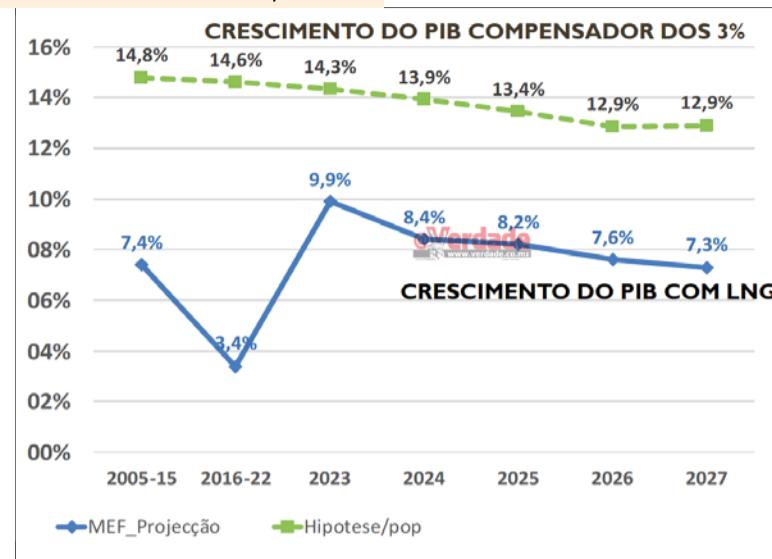


→ continuação Pag. 09 - PIB, para compensar o crescimento da população em Moçambique, "deveria estar nos 12 a 15 por cento"

"Moçambique está a dar passos gigantescos rumo a geração de mais fontes de receita que permitirão a estruturação da nossa economia a longo prazo", afirmou nesta segunda-feira o Presidente da República, Filipe Nyusi, após colocar mais um tijolo para a construção das infra-estruturas que vão transformar o gás natural existente na Área 1 da Bacia do Rovuma, na Província de Cabo Delgado, em gás comercializável.

O Chefe de Estado recordou que "com esta infra-estrutura serão gerados dezenas de milhares de empregos, directos e indirectos, durante a vida útil do projecto" e que, quando a exportação iniciar a economia moçambicana vai voltar a crescer significativamente.

O Ministério da Economia e Finanças projeta que o Produto Interno Bruto (PIB), que



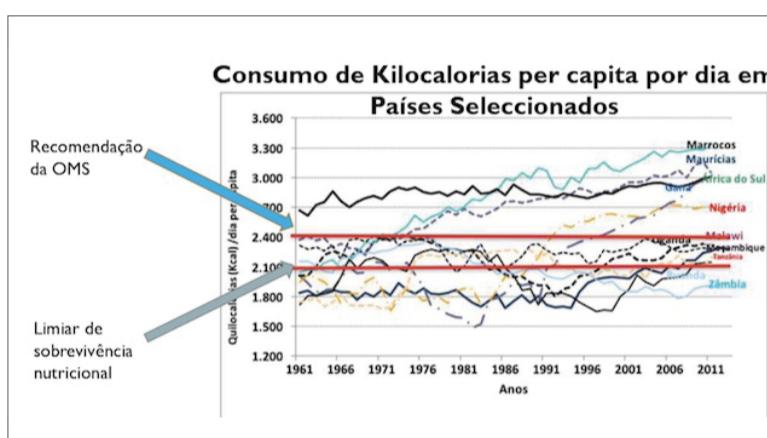
2023 e depois recuar para os 8 e 7 por cento até 2030.

Para o Professor Catedrático da Universidade Eduardo Mondlane e Doutorado em Demografia, António Francisco, tendo em conta o crescimento da população em Moçambique, projecções das

crescimento da economia deveria ser muito maior.

"Estudos que mostram que com 3 por cento de crescimento da população nós deveríamos ter um crescimento do PIB a praticamente 13 por cento, a necessidade de expansão de capital e infraestruturas para cobrir o crescimento populacional de 3 por cento deveria estar nos 14 por cento" alertou o Professor Francisco durante uma apresentação onde enfatizou a necessidade de "políticas públicas à sério".

Na análise do académico "os mais de 30 milhões (de pessoas) que vem a caminho não estão a ser tomados em consideração. O crescimento (do PIB) para compensar os 3 por cento (de crescimento populacional) deveria estar nos 12 a 15 por cento e não nos 7 ou 8 (por cento)".



no ano passado foi de apenas 3,3 por cento, deverá disparar para 9,9 por cento em

Nações Unidas indicam que em 2025 Moçambique terá 36 milhões de habitantes, o

Email: averdademz@gmail.com

um problema causado pelo capital, não são um problema das multinacionais, mas um problema de falta de capital. A pobreza reina resiliente há séculos".

Paradoxalmente a crise económica e financeira, precipitada pela dívidas ilegais, veio agravar ainda mais o subdesenvolvimento e a pobreza no nosso país. Um estudo do Instituto para Pesquisa sobre Desenvolvimento Económico da Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER) revelou recentemente que "existe uma grande probabilidade que muitas famílias que em 2014/15

- com os preços vigentes naquele ano - conseguiram comprar ou produzir para seu próprio consumo uma cesta básica de aproximadamente 2150 quilocalorias, diárias por pessoa, mas um conjunto de alimentos não alimentares, tenha deixado de poder fazê-lo em 2016, dado o maior nível de preços, particularmente nos últimos meses do ano".

Se as receitas da exploração do gás natural em Cabo Delgado não serão suficientes para o prometido "futuro melhor" menos promissor fica o horizonte tendo em conta as dívidas conhecidas que o Estado moçambicano tem acumulado ao longo da última década e vai aumentar ainda mais até 2024.



OMS é de 2.100 quilocalorias por pessoa por dia, a recomendação da OMS são 2.400 quilocalorias por pessoa por dia, Moçambique sempre esteve ou abaixo da linha de sobrevivência mas nunca alcançou as quilocalorias recomendadas", constatou o Professor Catedrático.

Francisco concluiu que contrariamente ao que alguns defendem o subdesenvolvimento e a pobreza crónica em Moçambique "não são

Sem fundos para investir ENH endividou-se com acionista do Projecto Golfinho/Atum

Sem fundos próprios para investir e com contas dúbias a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) endividou-se junto dos outros accionistas do Projecto de Gás Natural Liquefeito Golfinho/Atum para viabilizar uma parte do seu quinhão na Decisão Final de Investimento. Para o financiamento bancário do Projecto da Área 1 a ENH continua em negociações com Agências de Crédito embora tenha como colateral a Garantia Soberana já emitida pelo Governo de Filipe Nyusi.

O investimento total para a exploração do gás natural existente no Campo Golfinho/Atum da Área 1 offshore é de 22 biliões de Dólares norte-americanos dos quais 14,4 biliões serão financiados através de créditos bancários apurou o @Verdade no Decreto 51/20019, de 16 de Junho.

O valor remanescente está a ser financiado com fundos próprios de cada um dos sete acionistas: a norte-americana Anadarko (26,5 por cento), a japonesa Mitsui (com 20 por cento), as indianas ONGC (16 por cento), Barhat Petro Resources (10 por cento) e Oil India (4 por cento), a tailandesa PTT Exploration & Production (8,5 por cento) e a moçambicana ENH (15 por cento).

Contudo o braço comercial do Governo Moçambicano no sector de Petróleos e Gás, a ENH, não tem fundos próprios suficientes para materializar este investimento. As últimas contas auditadas remontam a 2017 e enfermam de graves irregularidades contabilísticas revelas pelo @Verdade.



Por ocasião da Decisão Final de Investimento o @Verdade questionou a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos como iria fi-

nanciar a sua parte que deveria efectuar com capitais próprios no entanto a instituição dirigida por Omar Mithá não respondeu

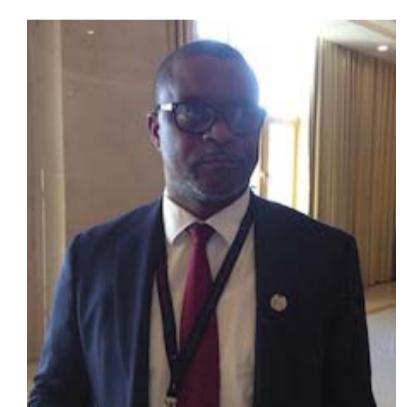
aos pedidos de esclarecimentos formais, embora seja sempre muito prestativa em conceder entrevistas propagandísticas.

Incansável na busca da verdade questionamos o ministro de tutela, Ernesto Max Tonela, que revelou ao @Verdade que enquanto a ENH está a negociar ainda negoceia com agências de crédito à exportação dos Estados Unidos da América, África do Sul, Itália, Japão e China a parte bancária a componente de "capital próprio foi garantido por outros accionistas".

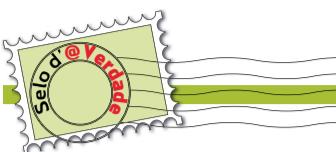
O endividamento junto dos seus parceiros de concessão foi também a solução encontrada em 2017 pela ENH para financiar a sua participação de 800 milhões e Dólares norte-americanos na exploração do Campo Coral Sul da Área 4 offshore.

Por outro lado @Verdade apurou ainda que o arrastar das negociações com as agências de crédito à exportação, mesmo já tendo Garantia Soberana do Estado moçambicano, deve-se

a tentativa de obter melhores taxas de juro que poderiam ser conseguidas caso Moçambique chegasse a acordo com os credores da dívida ilegal e constitucional da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM).



Recorde-se que o Presidente Filipe Nyusi declarou no passado dia 31, durante a apresentação do seu informe à Assembleia da República, que apesar da declaração de inconstitucionalidade e nulidade feita pelo Conselho Constitucional o seu Governo mantém a vontade de reestruturar a dívida da EMATUM até Setembro.



Uma breve abordagem sobre Educação Alimentar II

CONFORME foi visto no capítulo anterior, a educação alimentar é vista como um campo de conhecimento e de prática contínua, permanente, transdisciplinar e multisectorial que visa promover a prática autónoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Seu objectivo é contribuir para a realização do direito humano à alimentação adequada e garantia de segurança alimentar e nutricional.

No presente capítulo vai se abordar em torno da conservação de recursos genéticos vegetais, o que contribui significativamente no combate a fome, redução do índice de proliferação de doenças transmitidas por vectores como ratos, baratas, lagartos, etc., insegurança alimentar e pobreza absoluta.

De acordo com os escritos científicos, o termo recursos genéticos implica que o material tem ou pode ter valor económico ou utilitário (para a geração presente ou futura), o que contribui para a segurança alimentar. Desta feita, tais recursos possuem grande interesse na actualidade, pois relacionam-se com a satisfação de necessidades básicas do Homem e com a solução dos mais graves problemas sociais: fome e pobreza absoluta- os vilões da insegurança alimentar.

Conforme apontam os dados oficiais, mais do que a metade da população moçambicana depende da prática da agricultura de subsistência e da pecuária para garantir a sobrevivência e o crescimento familiar, ate mesmo do país como um todo. Nes-

se contexto, embora a sua prática em muitas regiões ainda seja rudimentar, ela constitui a fonte principal de rendimento familiar, contribuindo grandemente na redução do índice de procura de produtos alimentares vindo de países vizinhos, o que impulsiona o crescimento socioeconómico do país, devido ao consumo do produto internamente produzido.

Em contrapartida, os estudos apontam que o armazenamento de sementes ainda constitui uma fase crítica de segurança alimentar e nutricional, estimando-se perdas que se aproximam à ordem dos 30% devido a ratos, insectos e fungos.

Entre as várias causas de insegurança alimentar estão em destaque: o consumo por insectos, roedores, aves e outras espécies; as reacções indesejáveis entre os componentes contidos nos alimentos; a ocorrência de derramamentos, desgastes, quebras, descasque de sementes, furos nos recipientes de armazenamento; insuficiência de calor ou frio que determinam as condições peculiares de conservação; ocorrência de germinação, envelhecimento ou mudanças causadas pela respiração e transpiração das sementes; a recusa de consumir um alimento por razões de crença sociais e/ou religiosas.

Os produtos podem ser conservados quer nos seus habitats naturais, em diferentes condições às do seu habitat natural, ou mesmo combinando os dois métodos. A conservação, nesse caso nas condições diferentes do ambiente natural, é realizada

em bancos que se estabelecem para cumprir os objectivos de investigação e serve para proteger espécies silvestres, formas regressivas e espécies cultivadas. Por conta disso, a conservação de sementes pode ser realizada em três formas distintas, nomeadamente: acondicionamento, embalagem e conservação das amostras em câmaras com ambiente controlado. O acondicionamento tem como objectivo produzir uma atmosfera limpa e com teor de humidade que garante a sua longevidade em conservação, incluindo a limpeza física e a dissecação (redução do teor de humidade das sementes a um nível mínimo de actividade metabólica, sem que percam a sua viabilidade).

Uma embalagem é um recipiente que armazena produtos temporariamente e que serve principalmente para agrupar unidades de um produto, com objectivo de criar melhores condições para distribuição, transporte e armazenagem. Outras funções da embalagem são: proteger o conteúdo, informar sobre as condições de manipulação, exibindo requisitos legais como composição, ingredientes, etc. e fazer promoção do produto através de gráficos. Quanto à tipologia, a embalagem pode ser classificada de três maneiras: embalagem de venda ou primária (envoltório ou recipiente que se encontra em contacto directo com os produtos. Ex: frasco ou blister de remédio); embalagem agrupada ou secundária (destinada a conter a embalagem primária ou as embalagens primárias. Ex: caixinha de remédio que contém o pote de remédio);

e embalagem de transporte ou terciária (utilizada para o transporte, protecção e que facilita a armazenagem dos produtos. Ex: pallet, canteleiras de protecção em fibra de madeira, papel, papelão ou plástico).

O processo de embalagem consiste na colocação dumha quantia de semente contada ou pesada num recipiente que depois é selado hermeticamente e pronto para ser armazenado. Este processo tem como finalidade prevenir a absorção de água da atmosfera depois de secas e para evitar a contaminação por insectos e doenças. Pode ser realizada em latas, garrafas, recipientes de barro e silos (sendo todos hermeticamente selados).

Nesse contexto, a conservação no campo recomenda-se em espécies perenes, silvestres, semi-domésticas, de reprodução vegetativa ou com sementes de vida curta ou sensíveis à dissecação. Por conta disso, o processo de embalagem de sementes deve obedecer seguintes passos: expor as sementes a uma humidade ambiente por um período mais curto possível; escrever fora de cada embalagem ou numa etiqueta de adesivo à prova de água (anotar o numero de registo, a data de embalagem e a espécie, se for possível). Isto vai permitir que a semente chegue à época de sementeira com boa qualidade (alta capacidade de germinação e vigor).

Importa referir, nesse caso, que a capacidade de armazenamento de algumas espécies cultivadas é agrupada de acordo com as suas condi-

ções de resistência à factores adversos. Assim, esse agrupamento é dividido em três categorias a saber: boa capacidade (aquela que envolve a conservação de sementes de arroz, milho, trigo, mampira); media capacidade (a que envolve a conservação de feijão manteiga e nhemba e girassol); e má capacidade (envolvendo a conservação de amendóim e soja).

Importa sublinhar que chamarmos de semente não só ao produto usado para o plantio de uma nova planta ou espécie, mas também ao produto usado para o consumo, quer seja nas suas condições naturais como depois de processado, elaborado ou preparado.

Alguns princípios gerais de um bom embalamento incluem: a necessidade de a semente estar suficientemente seca; as sementes estar limpas e sem danificações para que possam resistir o armazenamento a longo prazo. Caso contrário elas podem permitir a entrada de ar, o que permite o desenvolvimento de fungos; as sementes serem armazenadas dentro dos limites de temperatura aceitável, isto é, o mais baixo possível e protegidas das oscilações da temperatura externa; a semente deve estar protegida de insectos e roedores; as sementes serem armazenadas de forma separada, isto é, as velhas devem estar separadas das mais novas; e as sementes serem inspecionadas em cada duas ou três semanas para verificar sinais de danificação por insectos ou fermentação.

Por Basílio Macaringue

Sociedade

Velocidade e álcool matam mais duas dezenas de pessoas nas estradas de Moçambique

A velocidade excessiva e a condução sob efeito de álcool causaram pelo menos 20 pessoas mortas nas estradas de Moçambique na semana passada, 12 dos óbitos foram registados na Província de Gaza.

A Polícia da República de Moçambique (PRM) registou entre os dias 26 de Julho e 1 de Agosto 20 óbitos em 21 acidentes de viação que deixaram ainda 34 feridos, entre ligeiros e graves.

De acordo com as autoridades 12 dos óbitos foram registados nos distritos do Limpopo, Chibuto, Manjacaze e Biene em cinco sinistros, três dos quais choques.

A causa principal do derramamento de sangue nas estradas nacionais

continuam a ser a velocidade excessiva, particularmente nas zonas urbanas onde o limite é sempre de 40 quilómetros por hora, assim como os automobilistas que pegam no volante após ingerirem bebidas alcoólicas.

A irresponsabilidade dos moçambicanos nas estradas é ainda manifestada pela quantidade de tentativas de suborno aos agentes da PRM, só na semana passada foram detidos 22 cidadãos, grande parte na Cidade de Maputo.



Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo